

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA XXX  
VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE xxxxxxxx**

**Processo nº xxxxxxxx**

**FULANA DE TAL**, já qualificada nos autos da ação movida por **FULANO DE TAL**, também qualificado no processo em epígrafe, vêm, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, por ser juridicamente pobre, nos termos da Lei 1060/50, em não se conformando com os termos da r. sentença interpor o presente

**RECURSO DE APELAÇÃO**

, com base nas razões que seguem em anexo.

***Ante o exposto***, requer que o recurso seja recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo, e, após as formalidades de estilo, sejam os autos encaminhados ao Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, para regular processamento.

Termos em que

Espera deferimento.

**Local, dia, mês e ano.**

**Defensor(a) Público (a)**

---

# EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

## RAZÕES DE APELAÇÃO

### I - BREVE RELATÓRIO

O requerente ajuizou a presente demanda aduzindo, em suma, que: a) firmou contrato de locação com a requerida, com o valor mensal do aluguel no importe de R\$ ~~xxxxxx~~, com vencimento no dia 20 de cada mês; b) a requerida não vem honrando com seu compromisso, estando inadimplente; c) se encontram em atraso os alugueres com pagamentos parciais dos **mese/ano**; d) ao final, pugna pelo despejo da ré, a decretação da rescisão do contrato, bem como a condenação da requerida no pagamento dos alugueres vencidos e vincendos durante a ação.

O Juízo *a quo* julgou PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido, resolvendo o mérito, na forma do artigo 487, I, NCPC, para: 1.

RESCINDIR o contrato de locação firmado entre as partes (fls.**nº**). Em consequência, decretar o despejo da 1ª ré do imóvel, com base no art. 63, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei nº 8.245/91; 2. CONDENAR os Requeridos, solidariamente, ao pagamento de R\$~~xxxxxx~~, acrescidos de multa contratual de 10% sobre o débito (cláusula III "c"), e de correção monetária, conforme INPC, desde cada um dos vencimentos e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação e, ainda, os aluguéis que se vencerem até a efetiva desocupação do imóvel, conforme artigo 323, NCPC; 3. CONDENAR os réus, solidariamente, em razão de sua sucumbência, ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor da condenação, com fundamento no art. 85, parágrafo 2º, NCPC.

Inconformado com a r. sentença, a apelante apresenta nesta oportunidade recurso de apelação para que os pedidos sejam julgados PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados pela autora, abatendo-se do débito o valor de R\$ ~~xxxxxx~~, devidamente corrigido, bem como seja deferida a gratuidade de justiça.

---

## II - DOS FUNDAMENTOS PARA A REFORMA DA SENTENÇA

A r. sentença deve ser reformada para que sejam julgados PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados pela autora, abatendo-se do débito o valor de R\$ ~~xxxxxx~~, devidamente corrigido, bem como seja deferida a gratuidade de justiça.

Urge ressaltar que a requerida pagou parcialmente os meses de maio, junho, julho e setembro, conforme comprovantes anexados na contestação, nos seguintes valores:

<b>Data do Valor Devido</b>	<b>Valores pagos R\$</b>
<b>TOTAL</b>	

Portanto, o total pago pela requerida foi de R\$~~xxxxxx~~, valor este que deve ser atualizado e abatido de seu débito.

**Ao contrário do que afirma o Juízo *a quo*, o ônus da prova é do autor e não do réu.**

O art. 373, I do Código de Processo Civil preceitua que incumbe ao autor demonstrar o fato constitutivo de seu direito, veja-se:

**Art. 373. O ônus da prova incumbe:**

**I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito;** (Grifou-se).

Quanto à condenação da apelante em custas e honorários advocatícios, a requerida é beneficiária da justiça gratuita, de modo que

---

qualquer condenação em honorários precisa ser sua exigibilidade suspensa, nos termos da Lei 1.060/50.

A parte demandada requereu os benefícios da justiça gratuita às fls. **nº** e reiterou às fls. **nº**. Para tanto, declarou ser pobre na acepção jurídica do termo, registrando não ter a mínima condição financeira para arcar com as custas processuais e os honorários advocatícios sem prejuízo de seu sustento e de sua família.

Assim, obrigar o requerido ao recolhimento de custas processuais e honorários advocatícios, nesta hipótese, seria medida extremamente penosa.

**Ressalte-se que a apelante comprovou ser beneficiária do bolsa família às fls. nº.**

É exatamente para quem se encontra nas condições do recorrente que a gratuidade da justiça deve ser deferida, conforme expressa previsão da Constituição Federal.

Aliás, para pleitear a gratuidade de justiça bastaria o apelante, como em realidade o fez apenas e tão somente afirmar - nos próprios autos - que não pode suportar as despesas do processo com custas e honorários advocatícios sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família. É o que dispõem os artigos 2º e 4º da Lei nº 1.60/1950:

Art. 2º. Gozarão dos benefícios desta Lei os nacionais ou estrangeiros residentes no país, que necessitarem recorrer à Justiça penal, civil, militar ou do trabalho.

Parágrafo único. - Considera-se necessitado, para os fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas

---

do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.

Assim, na medida em que a afirmação é dotada de presunção *iuris tantum*. Àquele que concluir de maneira diversa incumbe apresentar fundamentação calcada em provas hábeis da falta de sinceridade da postulação, demonstrando a suficiência de recursos do assistido para o custeio do processo.

Dessa forma, a r. sentença deve ser reformada para que os pedidos sejam julgados PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados pela autora, abatendo-se do débito o valor de R\$ **xxxxxxx**, devidamente corrigido, bem como seja deferida a gratuidade de justiça.

### **III - DO PEDIDO**

***Ante o exposto***, requer que a presente apelação seja conhecida e provida, reformando a sentença proferida pelo Juízo *a quo*, para que sejam julgados PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados pela autora, abatendo-se do débito o valor de R\$ **xxxxxxx**, devidamente corrigido, bem como seja deferida a gratuidade de justiça.

Termos em que, Espera deferimento.

**Local, dia, mês e ano.**

**Defensor(a) Público (a)**

---